

representa.coop



INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRI Nº 23 – ano 2026

08 a 12 de junho de 2026





SUMÁRIO

- Renegociação de dívidas rurais em pauta;
- Ministro da Agricultura e Pecuária se reúne com a OCB;
- PEC da Modernização da Jornada de Trabalho no Senado;
- Destaque de normativos da semana.

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS EM PAUTA

O Plenário do Senado Federal aprovou, em 10 de junho, o **Projeto de Lei nº 5122/2023**, que institui uma linha especial de financiamento voltada à **renegociação de dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos adversos e dificuldades econômicas**. Com a aprovação pelos senadores, a matéria retorna agora à Câmara dos Deputados para nova apreciação.

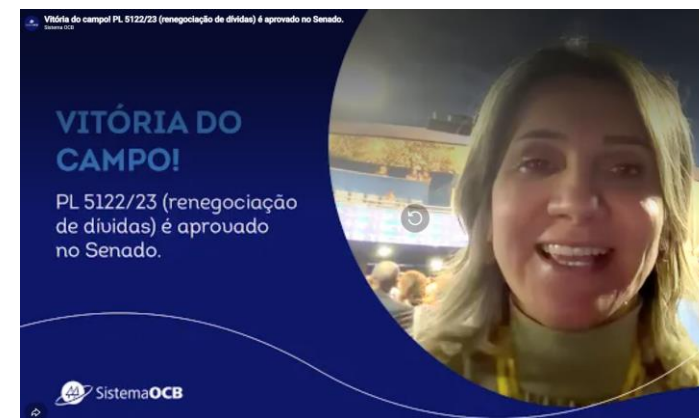
O texto foi aprovado com base no relatório apresentado pelo senador Renan Calheiros (AL), que promoveu ajustes pontuais à proposta. Apesar do avanço da matéria, **não houve consenso definitivo com o Governo Federal em relação ao conteúdo aprovado, o que poderá influenciar os próximos desdobramentos da tramitação legislativa**. A proposta volta agora para a Câmara dos Deputados, casa iniciadora do debate.

A iniciativa busca **oferecer condições para que produtores rurais consigam reorganizar suas finanças diante dos impactos causados por secas, enchentes e outros eventos extremos que têm afetado a atividade agropecuária em diversas regiões do país**. O projeto pretende reduzir o risco de insolvência e abandono das atividades no campo, além de permitir a **renegociação de débitos sem comprometer o acesso dos produtores a novas linhas de crédito**. A expectativa é de que a medida contribua para a manutenção da produção agropecuária, da geração de empregos e da segurança alimentar, fortalecendo a capacidade de recuperação do setor diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Na avaliação do autor da proposta, Domingos Neto (PSD/CE), **a utilização de recursos do Fundo Social para viabilizar essa linha especial de financiamento representa uma resposta ágil e estratégica às situações de calamidade enfrentadas pelo meio rural**. Segundo o entendimento defendido durante a tramitação, a medida poderá gerar efeitos positivos não apenas para os produtores diretamente beneficiados, mas também para as economias locais e regionais que dependem da atividade agropecuária.

A OCEPAR junto ao Sistema OCB, acompanhou as discussões e reconhece a atuação da **Senadora Tereza Cristina (MS) vice-presidente para o Senado da Frencoop**, que, em conjunto com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), liderou as **articulações em defesa das demandas do cooperativismo agropecuário e de crédito**, dialogando com os diversos atores envolvidos no processo.

A presidente Executiva do Sistema OCB, Tânia Zanella, falou sobre a importância da aprovação da proposta:



Acesso: <https://youtu.be/LyGScAWemUk>

MINISTRO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA SE REÚNE COM A OCB

Na última terça-feira, 09 de junho, o ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, André de Paula, visitou o Sistema OCB, em Brasília, para uma reunião estratégica com a liderança da entidade.

Durante o encontro, a Presidente do Sistema OCB, Tania Zanella, apresentou números setoriais do cooperativismo brasileiro, em especial do agronegócio, sendo 1.172 cooperativas, mais de 1 milhão de produtores rurais e uma participação que chega a 50% da safra de grãos, 75% do trigo, 55% do café, 46% do leite e 50% dos suínos produzidos no país.

Para além da apresentação dos números do cooperativismo, estiveram na pauta importantes projetos e demandas do campo para o ano de 2026, tendo como foco principal o Plano Safra 26/27, o endividamento rural, seguro rural e o acesso a mercados internacionais, bem como a superação de barreiras tarifárias.

Ao final, o ministro André de Paula reforçou o compromisso do MAPA com a agenda do setor e destacou o caráter estratégico da parceria. "Estar aqui é o gesto de apreço e a afirmação da importância desse setor. Trazer minha equipe é sinalizar que isso seguirá sendo assim — precisamos da parceria de vocês e estaremos sempre à disposição para trabalhar juntos", afirmou.

Os Sistemas Ocepar e OCB seguem em constante diálogo com membros do Poder Público com o objetivo de garantir condições que gerem impacto positivo ao cooperativismo e ao desenvolvimento do Paraná.



Marcio Lopes de Freitas, presidente do Conselho de Administração da OCB
André de Paula, Ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Tania Zanella, presidente-executiva da OCB

PEC DA MODERNIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO SENADO

Aprovada no final do mês de maio na Câmara dos Deputados, a PEC 221/19, de autoria do Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), também conhecida como **PEC de Modernização da Jornada de Trabalho**, ainda não teve avanços na tramitação junto ao Senado Federal. O impasse quanto ao avanço da proposta no Senado Federal diz respeito a um conjunto de situações, que ajudam a explicar a dificuldade do Governo em obter a aprovação acelerado do projeto.

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar o caráter “revisor” que os Senadores possuem, considerados pela análise mais técnica e com parcimônia quando comparados ao ritmo dos Deputados Federais.

Paralelamente, mesmo antes da aprovação da proposta de emenda à Constituição na Câmara, integrantes do setor produtivo já realizavam reunião com um número significativo de senadores para que a proposta fosse tratada com maior clareza, sem viés eleitoral, tendo em vista o elevado impacto econômico a ser causado; as tratativas se intensificaram e deram corpo a uma PEC paralela, que propõe um regime de trabalho flexível, sem limitações de jornada diária e escala semanal, sendo o pagamento feito por meio do regime de horas trabalhadas, modelo parecido com o executado nos Estados Unidos.

Por fim, o descompasso do Governo Federal junto ao Senado também perpassa a relação com o presidente da Casa, Sen. Davi Alcolumbre (União/AP), caso que envolve diferentes temáticas ao longo dos últimos anos. Durante essa semana, ministros do Governo Federal se reuniram com Alcolumbre, que prometeu a estruturação de um cronograma para a votação da matéria, entretanto, ainda na terça-feira, o Presidente do Senado, em discurso no Plenário, reclamou da pressão que vem sofrendo para votar determinadas matérias que possuem caráter eleitoreiro.



Senador Davi Alcolumbre (União/AP), Presidente do Senado.
Fonte: Agência do Senado.



DESTAQUES DE NORMATIVOS DA SEMANA

PODER EXECUTIVO

Ato	Data	Publicado	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
DECRETO Nº 13.977	09/06/2026	10/06/2026	PODER EXECUTIVO	CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR Governador do Estado/ JOÃO CARLOS ORTEGA Chefe da Casa Civil/ FELIPE AUGUSTO AMADORI FLESSAK Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços/ FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG Coordenador Estadual de Defesa Civil	Subvenção Econômica a empresas de Rio Bonito do Iguaçu	Regulamenta a Lei nº 23.163 de 29 de abril de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica às empresas situadas nas áreas atingidas pela calamidade pública reconhecida pelo Decreto nº 13.570, de 7 de maio de 2026, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, e estabelece critérios de elegibilidade, transparência e controle.	PODER EXECUTIVO	22-24	DECRETO Nº 13.977- EXECUTIVO.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Diário Oficial.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

